

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA DE FINAL DE CURSO

ANÁLISE DE POLÍTICAS SUL-COREANAS PARA O DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO

Victor Oliveira Cobucci

Nº de matrícula: 0712492

Orientador: José Márcio Antônio Guimarães de Camargo

Dezembro 2012

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA DE FINAL DE CURSO

ANÁLISE DE POLÍTICAS SUL-COREANAS PARA O DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO

Victor Oliveira Cobucci

Nº de matrícula: 0712492

Orientador: José Márcio Antônio Guimarães de Camargo

“Declaro que o presente trabalho é de minha autoria e que não recorri, para realizá-lo, a nenhuma forma de ajuda externa, exceto quando autorizado pelo professor tutor”

Dezembro 2012

“As opiniões expressas neste trabalho são de responsabilidade única e exclusiva do autor”

RESUMO

Este trabalho consiste na análise das políticas governamentais sul-coreanas, principalmente, durante o governo do General Park Chung-hee (1961-1979). Nesse período, a Coreia do Sul experimentou taxas espetaculares de crescimento econômico ao mesmo tempo em que políticas intervencionistas eram feitas com esse objetivo. O governo de Park utilizou-se de medidas discricionárias e não-discricionárias para atingir seu objetivo, que era tornar a Coreia do Sul mais competitiva e menos vulnerável. Para isso, um grande programa de planos quinquenais de desenvolvimento foi criado para promover a substituição de importações. Park criou uma economia voltada para a exportação e dotou o Estado de grande domínio sobre a classe empresarial, facilitando a implementação de políticas de desenvolvimento que dependiam da colaboração do setor privado. Ademais, a educação também teve seu papel essencial no processo de desenvolvimento. A classe trabalhadora era educada e disciplinada, ideal para bons índices de produtividade. A classe inovadora e gerencial era capacitada e abundante, possibilitando a absorção de tecnologias estrangeiras e o sucesso dos investimentos que converteram a economia coreana, atualmente, em uma economia sustentada em inovação tecnológica e com alto padrão de desenvolvimento.

Sumário

1. Introdução.....	6
1.1 O intervencionismo estatal através da história da industrialização: um breve comentário.....	7
1.2 Partes da obra.....	8
2. O início da substituição de importações.....	10
2.1 Análise comparativa da conjuntura coreana com demais processos de industrialização.....	10
2.2 O sucesso da indústria têxtil.....	11
2.3 O investimento, o crédito e o Estado.....	14
3. O rápido crescimento econômico e os percalços.....	17
3.1 O Estado empreendedor.....	17
3.2 Como o governo suportou o empreendedorismo e a exportação?.....	19
3.2.1 Primeira estabilização.....	20
3.2.2 Segunda estabilização.....	21
3.2.3 Terceira estabilização.....	22
4. O aprendizado no desenvolvimento coreano.....	24
5. Conclusão.....	27
6. Bibliografia.....	30

Tabelas

Tabela 1: Exportações de manufaturas e taxas de câmbio, 1960-1965 _____ 14

Tabela 2: Balanço da conta corrente em preço corrente de mercado, 1963-1982 (em bilhão de won) _____ 19

Abreviaturas

BoK – Bank of Korea (Banco da Coreia)

EPB – Economic Planning Board (Comissão de Planejamento Econômico)

EUA – Estados Unidos da América

1. Introdução

Esta obra não pretende afirmar os valores das políticas heterodoxas e ortodoxas no campo do desenvolvimento socioeconômico. A intenção é decompor os elementos fundamentais que fizeram a República da Coreia (Coreia do Sul ou, simplesmente, Coreia) desenvolver-se rapidamente, partindo de uma condição miserável na década de 1950 para tornar-se um expoente da indústria e do desenvolvimento tecnológico mundial. O julgamento de valores desses meios não está no escopo da análise, portanto, não se trata de uma afirmação de que o realizado fora a melhor opção sob qualquer arranjo institucional possível, longe disso, servirá para evidenciar os desafios do desenvolvimento diante do arranjo vigente.

O foco estará em analisar as políticas adotadas pela Coreia para atingir um alto grau de desenvolvimento, dando ênfase àquelas que são consideradas fundamentais, compreendidas entre a décadas de 1960 e o início da década de 1980 sob o comando do General Park Chung-hee. Os dados sobre o desenvolvimento coreano nesse tempo impressionam. No período entre 1957 e 1987, o crescimento médio da economia foi de 9,0% ao ano e da renda per capita acima de 6,5% ao ano e a expectativa de vida ao nascer aumentou cerca de sete anos por década, saindo de 50 para mais de 70 anos em um relativo curto período de tempo. Com isso, a Coreia ultrapassou e deixou para trás não só países da África Subsaariana, mas outros que estavam bem a sua frente, como Argentina, México, Turquia e Brasil (RODRIK, 1995; WORLD BANK, 1991).

As causas do rápido crescimento sul-coreano são controversas. Os economistas mais ortodoxos costumam atribuí-las a uma política orientada para as exportações. No entanto, críticas são feitas a essas atribuições por não darem a importância necessária às políticas governamentais ativas na promoção do desenvolvimento. Alguns autores mais heterodoxos, como Amsden (1989), afirmam que o Estado sul-coreano interveio muito além da simples distorção das vantagens comparativas, com uma política de subsídios, restrições de mercado, governança administrativa, conglomerados (*chaebŏl*) financiados pelo Estado etc.

Não obstante, independente da visão de mundo desses economistas, ambas as correntes de pensamento econômico concordam que a estratégia de orientação de exportação foi fundamental para o sucesso sul-coreano.

1.1 O intervencionismo estatal através da história da industrialização: um breve comentário

Primeiramente, é importante apresentar os modos pelos quais ocorreram os processos de industrialização que precederam o tardio processo sul-coreano. Durante a década de 1990, esteve em pauta a discussão sobre a adoção das “melhores práticas” de mercado à luz das políticas neoliberais preconizadas pelo que ficou conhecido pelo termo Consenso de Washington¹. Segundo o termo, os países em desenvolvimento teriam como melhor opção a adoção de políticas internacionais condicionadas à boa governança, entre elas, a austeridade fiscal, a privatização e a liberalização dos fluxos de bens, capital e trabalho. Além disso, instituições como a democracia, um Poder Judiciário independente, o direito à propriedade intelectual e instituições financeiras fortes eram dadas como alguns dos ingredientes de um receituário para o desenvolvimento econômico.

No entanto, as evidências e os registros históricos apontam que os países que primeiro industrializaram-se e desenvolveram-se foram intervencionistas durante seus processos de desenvolvimento. Essas nações pioneiras possuíam poucas instituições que hoje são consideradas essenciais para o desenvolvimento e utilizavam-se do protecionismo e do intervencionismo estatal para criar vantagens artificiais no comércio (CHANG, 2004, p. 11-14).

Essa ideia contrasta a visão ortodoxa do desenvolvimento. O Reino Unido, por exemplo, teve diversas leis restringindo o uso de determinados tecidos de acordo com o tipo e a origem, como os franceses. Ainda no século XIV, os britânicos já impunham restrições no comércio do tecido de lã. A política governamental tinha como objetivo dominar o comércio, através de uma pujante marinha mercante e da colonização. Mesmo com a Revolução Industrial na segunda metade do século XVIII, os britânicos não abandonaram o fomento estatal às indústrias locais até o século seguinte (DAVIES, 2000). Além disso, tentaram impedir o desenvolvimento de manufaturas nas colônias, como as têxteis na Índia, China e Pérsia e diversas na América do Norte, para que não competissem com as indústrias da Grã-Bretanha (WORLD BANK, 1991). As leis que

¹ O economista John Williamson cunhou o termo “Consenso de Washington” para originalmente denotar um conjunto de políticas a ser aplicado, preferencialmente, nos países da América Latina. Não obstante, o termo ganhou outros significados, entre eles o de definir um conjunto de medidas para justificar políticas neoliberais. Williamson não concorda com o uso amplificado do termo (WILLIAMSON, 2004).

visavam à proteção comercial, como as *Corn Laws* e os *Navigation Acts*, caracterizaram um período de intervenção estatal em meio às pressões para a liberalização do comércio na primeira metade do século XIX, suportadas pelos ideais liberais de Adam Smith e David Ricardo. A revogação das *Corn Laws* pode ser considerada como um divisor de águas entre um Império Britânico mercantilista e liberal. Somente na segunda metade do século XIX ocorreu a liberalização comercial, quando a supremacia tecnológica e a estabilidade econômica britânica eram evidentes, tornando o Reino Unido uma “economia de fronteira” (CHANG, 2004).

Assim como os britânicos, alemães, americanos e outras pequenas economias europeias também utilizaram políticas ICT intervencionistas no processo de *catch-up*. Os EUA, por exemplo, mantiveram uma taxa alfandegária média acima de 40% entre 1820 e 1930 (WORLD BANK, 1991, p. 97). Os alemães são considerados os pioneiros na proteção à indústria nascente, muito embora não tenham usado o artifício das tarifas com tanto vigor quanto os britânicos e os americanos, mas outros meios de proteção. (BLACKBOURN, 1998, p. 91-137).

Em geral, temos em comum que, em maioria, os países altamente desenvolvidos promoveram políticas intervencionistas nos primórdios de suas fases de industrialização, se aproximando de um livre-mercado na medida em que se aproximavam das “economias de fronteira” e da estabilidade econômica. Essa é a principal motivação para essa obra, examinar a atuação governamental dentro do processo coreano, que transformou radicalmente o país.

1.2 Partes da obra

No Capítulo 2, é discutido o início da substituição de importações, englobando as principais ações nos primeiros anos de governo de Park Chung-hee. Primeiramente, é feita uma breve comparação entre a conjuntura coreana de industrialização e a de demais países. Posteriormente, é dado destaque ao primeiro plano quinquenal de Park, sendo muito bem aproveitado pela indústria têxtil. Ainda, é feita uma discussão sobre como o governo coreano comportou-se em relação aos grupos de interesse e às políticas creditícias e de investimento.

No Capítulo 3, é dado prosseguimento na discussão das políticas de incentivo à indústria. É visto como o governo estabeleceu-se como um grande empreendedor da

economia e, também, como pode controlar a economia diante de indicadores macroeconômicos instáveis e de choques externos.

No Capítulo 4, uma breve digressão a respeito do aprendizado como um fator contribuinte para a alta produtividade da indústria sul-coreana. Uma visão controversa é exposta a respeito do nível educacional e do que teria colocado a Coreia no trilho certo para a produção.

No Capítulo 5, um breve resumo da obra e algumas conclusões que podem ser feitas a respeito do desenvolvimento sul-coreano em sua fase áurea.

2. O início da substituição de importações

2.1 Análise comparativa da conjuntura coreana com demais processos de industrialização

O tardio processo de industrialização sul-coreano foi diferente do processo japonês em diversos aspectos. De acordo com Amsden (1989), quanto mais tardia a industrialização, mais a intervenção estatal é requerida. Ao se comparar com o caso japonês, percebe-se que enquanto o Japão apoiava-se no modelo colonizador para garantir sua parcela no mercado da indústria têxtil, a Coreia teve de se garantir nos baixos salários, mas sem abrir mão do intervencionismo estatal. Antes dos anos 1960, a indústria têxtil coreana não conseguiu emergir como uma força regional sem o intervencionismo.

A primeira nação a se industrializar, o Reino Unido, não obteve vantagem comparativa através dos baixos salários, mas da avançada tecnologia que a colocava muito a frente de seus rivais em termos de produtividade à época da Primeira Revolução Industrial. Os outros países, embora tivessem salários mais baixos na produção de manufaturados, não conseguiram competir com a produção mais mecanizada dos britânicos. Os EUA e a Alemanha também não basearam seu processo de *catch up* em vantagens competitivas através de remunerações mais baixas da mão-de-obra, mas através de um avanço tecnológico que lhes permitiu alcançar e ultrapassar o produto da indústria britânica. De fato, as evidências apontam que o salário médio do trabalhador industrial nos EUA era maior que o dos britânicos (AMSDEN, 1989). No entanto, não foi na indústria têxtil que os americanos e alemães se destacaram, mas foi na ponta do desenvolvimento tecnológico, com a reestruturação do sistema fabril e dos métodos produtivos.

A nova divisão internacional do trabalho proporcionada pela revolução tecnológica nas áreas da comunicação e do transporte foi determinante para que o Japão, também através de suas colônias, pudesse reduzir os custos de produção e tomar os mercados distantes do Oriente, antes dominados por produtos das principais potências industriais europeias e dos EUA (HUBBARD, 1938). Hubbard atribui a ocorrência da escalada japonesa não somente aos baixos salários, mas também à grande capacidade administrativa dos industriais japoneses, através de associações, ao melhorar a

eficiência da produção com controle de estoque, modernização do capital, relações públicas e logística barata e funcional, além de subsidiada pelo governo.

Porém, alguns fatores diferenciam a industrialização japonesa das demais industrializações tardias do leste asiático, incluindo a Coreia. Enquanto o Japão focou suas exportações para regiões menos desenvolvidas, como suas próprias colônias e as europeias, os outros tiveram de conquistar mercados mais bem estabelecidos por todo o mundo. Outra diferença estava na liberdade japonesa para depreciar o câmbio. Com uma indústria estabelecida mais cedo, o Japão teve condições de depreciar o câmbio para melhorar sua competitividade para exportação, uma vez que a indústria japonesa tinha grande suficiência em insumos intermediários e em bens de capital, principalmente na indústria têxtil, o carro-chefe nos primórdios da industrialização. Esta situação era mais delicada no início para a Coreia, que era pressionada a manter o câmbio valorizado para poder importar mais bens de capital que modernizassem e garantissem ganhos de produtividade a sua indústria. Além disso, o Japão não enfrentou a competição que os outros asiáticos, como a Coreia, enfrentaram. No caso da Coreia, os salários baixos a colocavam numa situação dicotômica. Por um lado, eles a beneficiavam por criar vantagem comparativa na produção, ao reduzir os custos, no entanto, por outro lado, mantinham um mercado doméstico reduzido e uma produtividade baixa, além de uma grande dependência da importação de insumos, de um baixo nível de poupança e de elevadas taxas de juros. Dentro desse panorama da divisão do trabalho, uma elevação dos salários na Coreia ameaçava sua posição estratégica, uma vez que outros países com remunerações mais baixas seriam mais uma ameaça de concorrência do que uma oportunidade de expandir os negócios.

Portanto, pode-se perceber que o processo coreano não se baseou, primeiramente, na vanguarda tecnológica e no imperialismo. Foi uma industrialização em uma nova era, pós-Segunda Guerra, em que a saída para os países menos desenvolvidos, dada a conjuntura, era distorcer, de alguma forma, as vantagens comparativas, e, para isso, a atuação do governo foi essencial.

2.2 O sucesso da indústria têxtil

Um Estado forte e centralizado surgiu na Coreia como consequência de uma mudança social em vez de uma escolha política. Baseando-se em um modelo semelhante ao do passado coreano, os militares que assumiram o governo após um

golpe no início dos anos 1960, sob o comando de Park Chung-hee, estabeleceram uma política de subsídios que estimulasse maior exportação e que também configurasse uma gradativa substituição de importação. Dessa forma, poderiam ser conciliados os conflitos de interesse dentro do país.

A tradição do intervencionismo manteve-se mesmo com a diminuição da ajuda americana desde o pós-Segunda Guerra. Os EUA pressionaram a Coreia a se reaproximar diplomaticamente do Japão, mas isso não foi bem encarado pelas classes estudantil e empresária, que achavam que essa reaproximação poderia prejudicar as indústrias nascentes da Coreia. Em meio às pressões, o regime militar aproximou-se dos órgãos internacionais criados dentro da conjuntura de Bretton Woods, o FMI e o Banco Mundial.

O foco dessas instituições era estabilizar a economia coreana em vez de buscar o crescimento a qualquer custo, cumprindo a cartilha da economia monetária. Ao final da década de 1950, a economia encontrava-se estagnada e a inflação caía devido a um prévio programa de estabilização. Como forma de contornar o problema da estagnação econômica, o governo militar relacionou-se com mais interesse com grupos que ganhavam influência dentro da Coreia, como a forte associação dos empresários da indústria têxtil, a exemplo do que ocorreu no processo de industrialização japonês, e os grandes milionários progressivos, futuros formadores dos *chaeböl*, que tinham a antipatia do público coreano, em geral, por denúncias de enriquecimento ilícito. Com os programas de estabilização em pauta e com a aproximação de um governo intervencionista destes grupos de influência, estava formada a base para o modelo de desenvolvimento da sociedade coreana.

Após a Guerra da Coreia, a indústria têxtil recebeu grande parcela da ajuda financeira internacional destinada à indústria sul-coreana. Através de um conluio organizado em uma associação de mais de 15 empresas, a indústria têxtil conseguiu, ao final da década de 1950, uma completa substituição de importações que permitiu ao governo proibir a importação de produtos têxteis (KIM, 1980). Esse é um exemplo da permissividade do governo aliada à intervenção no comércio internacional.

A indústria têxtil tomou proveito de empréstimos com juros subsidiados no início da década de 1950 para expandir sua capacidade e importar bens de capital. Com isso, o desempenho da indústria ficou misturado em uma grande melhora da produtividade com

um grande excesso de capacidade. Ainda na década de 1950, havia pouca atividade exportadora, apesar da condição favorável em capacidade e nas políticas governamentais de fomento à exportação. A desvalorização do won face outras moedas não serviu para melhorar os números da exportação e ainda piorou o ambiente de negócios, uma vez que tornou mais caros os principais insumos para a indústria (KIM, 1966).

A ineficiência da política cambial em alavancar as exportações levou, no início dos anos 1960, o recém-empossado regime militar a criar uma série de medidas fiscais expansionistas que elevaram a inflação, prejudicando o planejamento de investimento do setor privado. Além das medidas cambiais frustradas, outros fatores prejudicavam a intenção do governo sul-coreano de tornar o país um grande exportador. Entre eles, o fato das plantas e os equipamentos industriais estarem depreciados e com pouca oportunidade de substituição devido ao fracasso das políticas monetária e fiscal, os fracos canais de publicidade e as restrições à importações de produtos têxteis por parte dos EUA

Até 1962, as exportações pouco cresceram, mas em 1963 houve uma virada no panorama. O governo criou um amplo programa de subsídios para a exportação que alteraram a taxa de câmbio efetiva para exportação, assim usando uma tática diferente dos anos anteriores de alterar a taxa nominal sem discriminação do impacto da medida. Essa taxa efetiva possibilitou um grande aumento na exportação de produtos manufaturados, que passaram de pouco menos de 20% do total das exportações em 1962 para mais de 60% em 1965, contribuindo para um aumento de mais de 20 vezes no valor das exportações da Coreia do Sul em menos de meia década (conferir Tabela 1) (FRANK, KIM e WESTPHAL, 1975). Isso configurou a base do primeiro dos planos quinquenais de desenvolvimento do governo de Park Chung-hee.

O governo conseguiu elaborar um plano que beneficiasse tanto o lado da demanda quanto o da oferta industrial. Com o primeiro plano, o problema do won desvalorizado foi diminuído, pois a aquisição de bens de capital e insumos não foi afetada como era antes, sem discriminação para a atividade exportadora, como foi feito com a taxa cambial efetiva. Além disso, outras medidas importantes foram adotadas, como empréstimos preferenciais para aumento da capacidade de produção e isenções fiscais, além de outras ações de suporte administrativo. A indústria têxtil foi mais eficiente em

Tabela 1: Exportações de manufaturas e taxas de câmbio, 1960-1965

Variável	1960	1961	1962	1963	1964	1965
Valor das exportações em relação ao valor de 1960	1	1,4	2,3	9,4	14	25,6
Exportações de manufaturados em relação ao total de exportações	12,5	13,9	17,5	44,5	48,4	60,8
Taxa de câmbio (won/dólar)	62,5	127,5	130	130	214,3	265,4
Taxa efetiva de câmbio para exportação (won/dólar)	147,6	150,6	151,5	189,4	281,4	304,6

Dados: (AMSDEN, 1989; FRANK, KIM e WESTPHAL, 1975)

aproveitar essa primeira fase dos programas de desenvolvimento de Park, uma vez que era uma indústria mais bem organizada através de associações cartelizadas e tinha mais escala do que as demais, devido ao prévio investimento no setor desde a colonização japonesa (KIM, 1980).

O regime de Park direcionou a Coreia do Sul para a segunda fase de substituição de importação tornando a exportação uma obsessão nacional. A partir de decisões autoritárias, o setor privado viu-se obrigado a produzir para exportação, medida que causou grande desagrado em grande parte do empresariado. Pesquisas reportaram que a maioria do empresariado estava insatisfeita ou indiferente com as políticas de exportação, que estavam levando seus negócios a resultados deficitários e insustentáveis (RHEE, ROSS-LARSON e PURSELL, 1985). O governo assegurou aos que tiveram prejuízos, como forma de compensar as perdas com as exportações ultramarinas, uma política de restrições quantitativas à importação, assim diminuindo a concorrência dentro do mercado interno e valorizando o produto nacional.

2.3 O investimento, o crédito e o Estado

Park Chung-hee resolveu adotar uma estratégia de aliança com as famílias que enriqueciam ilicitamente na Coreia do Sul. O governo decidiu não perseguir com ameaças de aprisionamento e confisco de patrimônio em troca de investimentos privados dessas famílias na indústria de base. Era uma clara estratégia de troca de

favores entre grupos poderosos da sociedade coreana. Essa aliança tornou-se a base para o prosseguimento da industrialização.

Com isso, o governo conseguiu estabelecer uma relação de domínio das decisões de investimento. No entanto, o sistema financeiro sul-coreano enfrentava um momento de bancarrota no início da década de 1960, o que levou o governo ao endividamento público ao nacionalizar parte do sistema. Ainda assim, o regime militar providenciou meios de financiar a expansão da indústria com capital estrangeiro. Houve emendas à constituição para facilitar o empréstimo de capital estrangeiro com garantias governamentais que evitassem o risco de não pagamento e de depreciação do won. Com alguns bancos nacionalizados e com forte captação de poupança externa, o Estado sul-coreano passou a ter grande controle sobre o crédito, o que tornou o governo sul-coreano potente em relação ao controle do fluxo de capital no país. Dessa forma, o crédito pode ser distribuído discriminadamente (JONES e SAKONG, 1980).

Apesar de haver bastante crédito disponível para as empresas com intenção de exportar, o governo coreano conseguiu, de maneira discriminada, criar oligopólios na economia sul-coreana através de empréstimos subsidiados de longo prazo, com intenção de criar economias de escala e ganhar competitividade em diversos setores da indústria. Alguns exemplos são bem explorados por autores como Jones e Sakong (1980) e Amsden (1989). O caso da indústria siderúrgica é um claro sinal da preferência pelas origens coreanas. Pequenos siderúrgicos com origem na ocupação Meiji foram prejudicados com a ampla oferta de crédito para uma siderúrgica recém-criada, em Pohang, com capital estatal.

Alguns grandes conglomerados sul-coreanos, que atualmente são multinacionais com atuação global, foram bastante favorecidos à época. A Hyundai, por exemplo, foi a escolhida no setor de construção naval diante da negligência estatal com outros sete construtores navais, que perderam escala de produção ou até mesmo faliram. O grupo Ssangyong, originalmente da construção civil, foi favorecido mesmo havendo um grupo mais tradicional, o Tongyang Group, que estava ativo desde o período colonial. No setor de bens de capital, grupos como Samsung, Hyundai e Daewoo foram os *chaeböl* que o governo coreano deu prioridade diante de outros mais experientes (AMSDEN, 1989). Esses grupos cresceram e tornaram-se multisetoriais. A Hyundai e a Samsung

converteram-se nas maiores empresas sul-coreanas e produzem, atualmente, desde bens de capital a navios, carros de luxo e aparelhos eletrônicos de última geração.

3. O rápido crescimento econômico e os percalços

3.1 O Estado empreendedor

O Estado sul-coreano foi peça chave no crescimento econômico a partir dos anos 1960, como visto no capítulo anterior. Promoveu a diversificação da indústria e transformou o perfil de exportação da economia, fazendo com que a indústria pesada fosse responsável por grande parte do produto nacional.

Além disso, o Estado foi capaz de aproveitar a estrutura empresarial criada pelos japoneses durante a ocupação da Coreia para promover indústrias de grande valor agregado, como a naval. A estratégia do governo era promover indústrias que por si só poderiam aquecer a economia, como a indústria naval, de maquinaria pesada e química. Em conformidade com a teoria formulada por Rosenstein-Rodan, essa fase da industrialização coreana, em meados da década de 1970, foi batizada de “*Big Push*”. Essa fase contribuiu para, posteriormente, desenvolver as atualmente famosas indústrias eletrônicas e automobilísticas. Desde 1962, o governo sul-coreano já resguardava, por meios legais, a indústria automobilística no escopo de proteção à indústria nascente.

Enquanto o regime de Park regozijava-se da boa fase da economia em 1967, foi lançado o segundo plano quinquenal de substituição de importação, o qual representou o ápice de controle governamental sobre os planos de investimento das empresas. Através da EPB, o governo era capaz de, em conjunto com pesquisas sobre projetos industriais, promover políticas comerciais, industriais e creditícias de acordo com os planos apontados pelos estudos.

No ramo da eletrônica, por exemplo, o Estado foi um grande empreendedor ao atuar em diversas frentes. Os investimentos previstos no quarto plano quinquenal de Park (1977-1981) eram para impulsionar as indústrias de alta tecnologia, mas sob uma pesada carga de intervencionismo estatal. O plano expressava explicitamente a vontade de mudar a indústria de eletrônicos estruturalmente, de modo que a Coreia do Sul deixasse de ser somente parte da linha de montagem de produtos eletrônicos e pudesse

ser criadora e exportadora de tecnologia da informação. Ao todo, 57 itens, entre eles computadores e semicondutores foram considerados essenciais dentro do plano².

Além de conseguir empréstimos milionários com órgãos financeiros internacionais, como o Banco Mundial, para o financiamento das indústrias de alta tecnologia, a Coreia utilizou-se de medidas protecionistas. Entre elas, observou-se a proibição de investimento estrangeiro direto no setor e a criação de leis que protegiam o mercado interno de computadores. Adicionalmente, incentivou-se a importação de produtos de alta tecnologia para incentivar o progresso técnico através da familiarização com a engenharia desenvolvida em outros países (AMSDEN, 1989). Para o progresso técnico ocorrer, foi fundamental o investimento em educação, que será discutido mais adiante.

Com o tempo, o Estado sul-coreano deixou de dominar as decisões empreendedoras ao passo que as empresas que se arriscaram na indústria pesada ganhavam força e tornavam-se mais experientes e capacitadas. Aos poucos, o próprio regime militar passou a respeitar mais as tomadas de decisão do empresariado coreano. Com isso, as decisões de investimento passaram a ser, gradativamente, tomadas em conjunto pelo governo e pela classe empresarial (KIM, 1987)

Outro fator determinante para as empresas terem decidido empreender por conta própria foi a alta taxa de lucro e de retorno de investimentos da economia coreana. Os empresários tornaram-se confiantes com o bom ambiente de investimento e correram para expandir os negócios para setores ainda pouco explorados na economia coreana. Dessa maneira, o empreendedorismo foi impulsionado pela boa oportunidade de lucro, ajudando ainda mais na diversificação econômica.

Uma evidência apresentada por Park (1985) mostra que o setor público gastou mais do que arrecadou no período entre 1963 e 1982 (conferir Tabela 2) e financiou a dívida através de financiamento externo. Ainda no mesmo trabalho, Park revela que, durante a década de 1970, cerca de um terço dos empréstimos estrangeiros foram feitos ao setor público, e que, durante a crise no início da década de 1980, chegou a mais da metade.

² As referências ao plano estão contidas em Amsden (1989) e foram retiradas, originalmente, da obra “Che sach’a o-gaenyŏn kyŏngje kyehoek, 1977-81”, de Chungbu (1976)

Tabela 2: Balanço da conta corrente em preço corrente de mercado, 1963-1982 (em bilhão de won)

Ano	Setor Privado	Setor Público
1963-1971		
1963	-11,7	-2,0
1964	-3,4	9,5
1965	-27,9	20,3
1966	-65,2	23,7
1967	-70,9	-3,1
1968	-136,6	20,8
1969	-110,8	-33,8
1970	-195,6	-2,2
1971	-179,2	-87,5
1972-1978		
1972	35,8	-209,7
1973	51,3	-83,1
1974	-422,5	-259,6
1975	-337,2	-611,5
1976	-20,7	-126,5
1977	472,5	-731,2
1978	-281,6	-583,6
1979-1982		
1979	-1675,5	-677,1
1980	-2381,0	-1324,1
1981	-1531,7	-1863,2
1982	489,5	-2384,2

Dados: Bank of Korea (Banco da Coreia), como visto em Park (1985)

Entretanto, esse elevado gasto do governo não foi associado a programas de serviço social que estimulassem o consumo, mas em programas de investimento em longo prazo. O governo foi responsável, ainda, por grandes obras públicas, como sistemas de metrô, rodovias, ferrovias, portos etc., que baixaram os custos de transporte e tornaram os produtos coreanos mais competitivos para exportação.

3.2 Como o governo suportou o empreendedorismo e a exportação?

A Coreia utilizou o financiamento externo com dois propósitos: financiar os investimentos de longo prazo e cobrir o balanço de pagamentos deficitário para manter as altas taxas de crescimento na economia.

Nos primeiros anos dos planos quinquenais de substituição de importações, a razão dívida/PNB subiu a taxas altas. Através de reformas institucionais e leis que eliminavam parte do risco de emprestar ao país, a Coreia teve um aumento nessa razão de 4% em 1963 para quase 7% em 1965 (BoK). Através de uma profunda reforma monetária que mais do que dobrou as taxas de juros, rapidamente a razão chegou a 14% em 1967 e a 30% em 1971 (BoK).

Além desses efeitos, a política monetária também afetou o diferencial de custos entre tomar emprestado doméstica e internacionalmente. De acordo com Park (1985), esse diferencial passou de pouco mais de 4% para 18% no período entre 1965 e 1970. Como o custo real de se tomar emprestado no exterior era negativo, a taxa de investimento em relação ao PNB coreano dobrou em quatro anos, indo de 15% em 1965 para 30% em 1969 (BoK). A taxa de poupança também cresceu nesse período na medida em que a renda aumentava, entretanto, ficou a uma taxa menor do que o investimento.

No entanto, o rolamento da dívida em relação ao volume de mercadorias exportadas e em relação ao PNB também cresceu abruptamente. Para evitar uma crise, o governo precisou criar planos de estabilização na economia. Um detalhe é que o governo sempre deu prioridade ao crescimento econômico em detrimento do nível de preços. Portanto, esses planos procuravam estabilizar outros indicadores, mas sem priorizar a estabilidade do nível de preços. A inflação foi alta na Coreia desde o início dos planos quinquenais, sempre variando na faixa entre 10% e 25% a.a. Somente na década de 1980 que os índices de inflação começam a baixar de 10% e o nível de preços é estabilizado.

3.2.1 Primeira estabilização

No início da década de 1970, o FMI pressionou para que o governo coreano assinasse uma carta de intenções que limitasse os empréstimos a vencimentos de curto prazo. Com isso, houve uma redução na taxa de crescimento da dívida externa no início da década de 1970. Todavia, houve queda no crescimento das exportações e nos investimentos. Com o arrefecimento da economia, houve significativa contração no crescimento do agregado monetário. O taxa de crescimento do M2 caiu de um patamar acima de 60% a.a. no final da década de 1960 para cerca de 20% a.a. em 1971 (BoK).

Como medida para recuperar o crescimento das exportações, o governo coreano desvalorizou o won em 12% em 1971, o que prejudicou empresas que tomaram emprestado no exterior. Para evitar a falência de alguns conglomerados, o governo teve de criar um programa de resgate através de um decreto emergencial, em 1972.

Esse resgate consistiu em medidas de estímulo ao investimento ao baixar a taxa de juros do sistema financeiro. Além disso, houve renegociação de acordos de empréstimo de forma que ações das empresas devedoras pudessem ser passadas aos credores em troca do pagamento do empréstimo. Essas medidas surtiram rápido efeito e logo a economia coreana já apresentava altas taxas de crescimento, impulsionada pela retomada do crescimento das exportações, que atingiu uma impressionante taxa de 73% em 1972.

3.2.2 Segunda estabilização

Diferentemente da primeira, essa estabilização não ocorreu devido às preocupações de organismos financeiros internacionais com a saúde das contas nacionais sul-coreanas. Dessa vez, um choque externo atingiu com força a economia coreana logo após a excelente recuperação da economia em 1972.

O primeiro choque do petróleo causou grande prejuízo à economia sul-coreana. O país, grande dependente das exportações de petróleo, tinha grandes projetos de diversificação da indústria em curso e começava a receber muitas encomendas no setor naval, fortemente afetado pela alta no preço do barril de petróleo.

O crédito doméstico teve de ser ampliado para contornar a crise, porém a poupança doméstica não acompanhou a mesma direção dos investimentos. Enquanto a taxa de investimento em relação ao PIB cresceu entre 1973 e 1974, a taxa de poupança teve um pequeno decréscimo. Para financiar o déficit nas contas correntes, o governo teve de recorrer a mais endividamento externo e as suas reservas internacionais. Entre 1973 e 1975, a dívida externa dobrou e a relação dívida/PNB subiu de 31,5% para 40,5%.

Apesar dos dados ruins, a economia coreana ainda se destacava no cenário mundial, com taxas de crescimento próximas a 7% enquanto a maioria dos países enfrentava recessão. Já em 1976, a economia coreana recuperou as taxas de crescimento

de duas casas, atingindo 14,5%. Novamente, a recuperação econômica foi impulsionada pela recuperação das exportações.

Até a segunda crise do petróleo, a economia coreana gozou de taxas de crescimento econômico acima de 10%, de expansão dos investimentos em infraestrutura e nas plantas industriais. O déficit em conta corrente também esteve com taxas aceitáveis e não exprimia preocupação nos órgãos financeiros internacionais.

3.2.3 Terceira estabilização

Após um crítico momento, a Coreia enfrentou em 1980 o seu primeiro ano, após o cessar-fogo da Guerra da Coreia, de crescimento econômico negativo. Esse ano sucedeu um complicado ano para a Coreia, mais uma vez sofrendo com um choque externo causado pelos países produtores de petróleo, e, também, pela instabilidade política. Park Chung-hee foi assassinado e assumiu outro general, Chun Doo Whan. Após um ano conturbado em 1979, a economia sofreu com um crescimento negativo de 5,2% e com um deflator do PNB de mais de 25% (BoK).

Porém, a recuperação foi rápida e forte. Em 1981, a economia coreana já voltava para o positivo com uma taxa de 6,2%, abaixo de sua média pós-Guerra, mas acima da média de outros países em industrialização tardia. A inflação também foi controlada e os termos de troca sul-coreanos melhoraram. O ambiente externo era favorável.

Conquanto tenha se recuperado, desta vez o governo teve de atuar como há muito tempo não atuava. No período entre 1979 e 1982, a poupança e o investimento privado sofreram significativa queda e o governo assumiu o papel de tomar emprestado e fazer os grandes investimentos novamente. Com isso, voltava à tona o problema da dívida externa. Entre 1979 e 1981, a relação dívida/PNB cresceu de 32% para 48% (BoK). As autoridades monetárias atuaram de modo a baixar a taxa básica de juros, para diminuir o custo de tomar emprestado. Desse modo, intencionavam evitar a insolvência das empresas e reduzir os custos do capital de giro, para em longo prazo poder ter a retomada dos investimentos no setor privado.

Apesar da fase complicada para os *chaebŏl*, apenas um apresentou falência, algo que pode sugerir alguma atuação implícita do governo para resgatar os conglomerados (AMSDEN, 1989).■

Portanto, o governo usou políticas macroeconômicas de curto-prazo para estabilizar a economia, dando, simultaneamente, garantias às indústrias, principalmente às nascentes. Os empréstimos tomados no exterior foram essenciais para que a Coreia não entrasse em recessão e mantivesse sua política de investimentos nas plantas industriais e em infraestrutura. Ainda, as taxas de juros mais baixas e a política cambial mais maleável, permitindo apreciações após períodos de desvalorização do won, e os resgates às empresas foram fundamentais para entrar com tranquilidade na década de 1980.

4. O aprendizado no desenvolvimento coreano

Muitos estudiosos do desenvolvimento econômico asiático atribuem a educação como peça fundamental dos processos de industrialização. Apesar de parecer óbvia a relação entre educação e desenvolvimento econômico, não fica claro, à primeira vista, como a valorização do capital humano desempenhou o seu papel.

A Coreia sempre teve bons índices de engajamento no sistema de ensino quando comparado ao resto do mundo, mesmo àqueles países industrializados previamente. Em 1954, por exemplo, a Coreia superava os EUA, Alemanha e o Reino Unido em porcentagem da população matriculada no sistema de ensino (EASTERLIN, 1981). Na década de 1960, a Coreia ainda mantinha boas taxas de matrícula no sistema educacional.

Não obstante, essas taxas podem levar a conclusões errôneas a respeito da condução do desenvolvimento econômico. A realidade mostrava um sistema com altas taxas de matrícula com salas de aula cheias, impróprias para um aprendizado adequado. Ademais, um sistema com altas taxas pouco diz sobre o teor do ensino. De acordo com McGinn (1980), a Coreia diferenciava-se não pela ênfase no ensino científico e tecnológico, mas pela pressão moral e pela disciplina nos alunos, algo que contribuiu para a alta produtividade dos trabalhadores sul-coreanos.

Segundo Lee (1983), havia problemas quanto ao ensino técnico em relação a determinação de quando prover este tipo de ensino na formação de um indivíduo e, ainda, quanto à qualidade do treinamento interno das empresas, que não passava de treinamentos para habilidades elementares. Ainda segundo a análise de Lee, havia pouco incentivo para os empresários proverem treinamentos mais rigorosos, indo contra o interesse do governo, que teve de criar incentivos para que o setor privado oferecesse cursos internos mais qualificantes.

No entanto, o nível de educação de uma pequena parcela da população, como engenheiros, administradores e diretores de empresa, era bastante respeitável. Ainda assim, engenheiros e administradores recém-graduados, geralmente, eram empregados em cargos mais baixos, muitas vezes sendo promovidos de acordo com o envolvimento com a cultura da empresa ou com a própria idade (AMSDEN, 1989).

A oferta de engenheiros e administradores sempre foi alta na Coreia, mesmo para os padrões de países industrializados. Tanta era a oferta que, em 1972, somente 60% dos graduados em engenharia e afins estavam empregados e os indícios eram de sobreoferta (MCGINN, 1980). A surpresa fica por conta da alta valorização dos engenheiros e administrados comparados aos trabalhadores e artífices das plantas industriais. Os salários chegavam a ser, em média, no período entre 1971 e 1983, 4 vezes maiores (CASTANEDA e PARK, 1986). A explicação para isso estava no fato dos *chaebŏl* tenderem a contratar somente os alunos de ponta das universidades coreanas e, por outro lado, os alunos desejavam ser empregados nos grandes conglomerados, levando pequenos empresários a elevar os salários para atrair profissionais qualificados.

Outro ponto do aprendizado coreano está na transferência de tecnologia. A ocupação militar e as relações próximas da Coreia com os EUA foram determinantes para que houvesse uma grande carga de transferência tecnológica, principalmente no setor militar, graças à tensão política na região com as frequentes ameaças de invasão da Coreia do Norte. Após a diminuição da ajuda militar americana e a reaproximação diplomática com o Japão, em 1965, a Coreia obteve muito conhecimento, agora no setor civil, a partir da transferência de tecnologia japonesa, que começava a despontar à época como um grande polo de inovação tecnológica.

Apesar da ajuda americana ter se concentrado no setor militar, muitas empresas do setor privado que tinham contratos de serviço com as forças armadas coreanas, como a Hyundai, foram beneficiadas com transferência de conhecimento de alto padrão nos setores navais e de construção civil. Como visto em Amsden (1989), a Hyundai lista como alguns dos principais aprendizados os seguintes³:

- A Hyundai e outras firmas de construção aprenderam a fazer formulários de licitação nos moldes internacionais.
- A Hyundai e outras firmas aprenderam as normas técnicas e as especificações e, ainda, foram forçadas a melhorar a qualidade de seus projetos, como requerido pelas regulações federais dos EUA para contratados das forças armadas.

³ Na ordem apresentada por Amsden (1989)

- A Hyundai e outras firmas adquiriram melhores técnicas de controle de qualidade e de gerenciamento de construção.
- A Hyundai, em particular, por causa de sua experiência no setor de retífica automotiva, obteve equipamentos provenientes dos americanos que possibilitaram a mecanização de suas operações.

Entretanto, os japoneses substituíram os americanos como os principais assistentes da Coreia nesse sentido na medida em que os EUA se envolviam em outras questões militares, como a Guerra do Vietnã.

Ao contrário do que ocorreu em outros países enquanto se industrializavam a Coreia não atraiu profissionais qualificados para o país, mas enviou gerenciadores e engenheiros para aperfeiçoarem suas habilidades no exterior através de programas do governo de incentivo e auxílio financeiro. Muitas vezes, até mesmo profissionais muito bem qualificados eram mandados para o exterior para a familiarização com o gerenciamento fabril a partir da própria planta industrial.

5. Conclusão

Apesar de no período de colonização japonesa (1910-1945) já ter ocorrido uma prévia fase de industrialização, pouco foi deixado em termos de capital físico para a Coreia do Sul após a divisão da península pelo Paralelo 38.

Portanto, é aceitável dizer que o real processo de industrialização coreana só veio a acontecer após a Guerra da Coreia, mais precisamente, a partir do golpe militar liderado pelo general Park Chung-hee, uma vez que o governo antecessor, de Rhee, falhou em organizar políticas que incentivassem o desenvolvimento da indústria.

O governo de Park Chung-hee não teve em nenhum momento o sentido de criar uma economia de livre mercado na Coreia, em vez disso, foi bastante ativo no sentido de criar políticas intervencionistas capazes de alterar as decisões microeconômicas dos empresários, fosse por participação direta do Estado ou por estímulos indiretos. O resultado dessas intervenções, como a observação empírica aponta, teve um resultado positivo na economia.

Entretanto, uma dúvida persiste: caso não houvesse a intervenção do governo, a economia coreana sair-se-ia pelo menos tão bem quanto se saiu? No entanto, esta análise não tem o intuito de verificar as possibilidades do que poderia ter ocorrido, mas, sim, avaliar o que feito para manter o incrível crescimento econômico experimentado nas décadas de 1960 e 1970, o período de foco desta obra.

Planejamento e intervenção foram os pilares do processo de manipulação das decisões microeconômicas criado pelo governo, levando em consideração todas as dificuldades enfrentadas por uma economia que não é baseada em recursos naturais. General Park tratou dos assuntos econômicos com tanta importância quanto tratava da integridade nacional e política do país, sendo aí sua maior diferença do seu antecessor Rhee.

O comprometimento de Park com o crescimento econômico o levou a criar a EPB, equipada com profissionais de alto padrão e de disciplina militar. A EPB foi responsável por planejar e pesquisar a estrutura da economia coreana e, também, por focar a discussão econômica em objetivos claros e palpáveis, além de dar credibilidade aos programas do governo pelo seu comprometimento com o ambiente de negócios, facilitando as decisões de investimento tanto de curto quanto de longo-prazo.

O autoritarismo de Park também contribuiu para a formulação de políticas. Sem intermediários entre o planejamento, aprovação e a execução dos projetos, a economia coreana ganhou agilidade. A dominância do poder executivo sobre os demais era garantia de que quase nada da esfera política poderia atrasar os planos de desenvolvimento do governo. Além dessas características, a figura preponderante de Park deixava pouca abertura para corrupção nos órgãos governamentais, melhorando a eficiência do processo.

Dados os meios dispostos ao governo para controlar a economia, também foi fundamental a dominância do Estado sobre a classe empresarial, como foi visto no capítulo 2.

Posto isso, a implementação de políticas ficou muito mais facilitada e a organização das instituições mostrou-se hábil em executar os projetos e as políticas. O Estado coreano foi intervencionista no sentido amplo da palavra e discricionário para atingir seus objetivos, como, por exemplo, ao limitar quantitativamente a importação de tecidos à época do primeiro plano quinquenal.

Para orientar a economia para a exportação, Park manipulou a taxa de câmbio de modo a alterar as vantagens comparativas em favor da Coreia. Ademais, também ajudou os importadores a equipar a economia com os mais modernos bens de capital e insumos, melhorando a qualidade dos produtos coreanos e seus termos de troca.

A política de crédito e subsídio foi bastante discricionária, possível pelo grande controle governamental sobre o sistema financeiro e sobre o fluxo de capital. Com isso, a subordinação do setor privado ao Estado era uma consequência natural. Nisso baseou-se a segurança política de Park.

O governo pôs-se como o grande empreendedor da economia, trazendo semelhanças até mesmo com a vizinha Coreia do Norte neste aspecto, com um caráter paternalista. O Estado procurou controlar aquelas empresas que tinham produção intermediária na economia, suprindo o resto da indústria de insumos e incentivos no que foi batizado de “*Big Push*”.

De acordo com Jones e Sakong (1980), diferentemente da atuação empreendedora em outros países de industrialização tardia, as empresas com participação e/ou intervenção estatal da Coreia eram mais eficientes e produtivas. Muito disso deve-se ao

fato da força laboral coreana ser mais disciplinada e competente e, também, por sua classe gerencial e engenheira ser bem educada e capacitada, como visto no capítulo 4. Adicionalmente, o comprometimento das empresas com uma economia exportadora contribuiu para melhorar os níveis de produtividade.

É importante esclarecer que, apesar do nome deste capítulo, a proposta deste trabalho é muito mais a de levantar hipóteses que sobrevivem a uma análise superficial da economia coreana do que concluir com proposições afirmativas e categóricas. O trabalho baseou-se em outros de observação basicamente empírica e, com certeza, há muito que ser estudado além desta análise.

Outra preocupação é estabelecer um claro limite às proposições feitas aqui. Este trabalho limitou-se a tratar do âmbito econômico das políticas, sem abordar os efeitos sociais e políticos. Ainda, de maneira alguma se trata de apologia ao Estado interventor e autoritário, uma vez que o autor acredita em inúmeras possibilidades de se desenvolver uma sociedade dado a conjuntura, não descartada nem mesmo as hipóteses de livre mercado. De maneira similar, também não se propõe a afirmar que o modelo adotado pela Coreia seja o modelo ideal para qualquer sociedade.

Também não pretende examinar os mecanismos de transmissão das políticas desenvolvimentistas e nem explicar a parte qualitativa do crescimento, limitando-se apenas a expor os instrumentos usados pelo Estado para moldar e estimular a economia para a exportação e o desenvolvimento econômico.

6. Bibliografia

AMSDEN, A. H. **Asia's next giant: South Korea and late industrialization.** New York: Oxford University Press, 1989.

BLACKBOURN, D. **The long nineteenth century: a history of Germany, 1780-1918.** New York: Oxford University Press, 1998.

CASTANEDA, T.; PARK, F.-K. **Structural adjustment and the role of the labor market.** Washington: Mimeo, Korea Development Institute e World Bank, 1986.

CHANG, H.-J. **Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica.** Tradução de Luiz Antônio Oliveira de Araújo. São Paulo: Editora UNESP, 2004. ISBN 85-7139-524-1. Título original: Kicking away the ladder.

CHANG, H.-J. **The East Asian development experience: the miracle, the crisis and the future.** New York: Zed Books Ltd., 2006.

DAVIES, N. **The Isles: a history.** New York: Oxford University Press, 2000.

EASTERLIN, R. A. Why isn't the whole world developed? **Journal of Economic History**, Cambridge, 41, 1981. 1-19.

FRANK, C. R.; KIM, K. S.; WESTPHAL, L. E. **Foreign trade regimes and economic development: South Korea.** New York: National Bureau of Economic Research, 1975.

HUBBARD, G. E. **Eastern industrialization and its effect on the West.** London: Oxford University Press, 1938.

JONES, L. P.; SAKONG, I. **Government, bussiness, and entrepreneurship in economic development: the Korean case.** Cambridge: Harvard University Press, 1980. Publicado por Council on East Asian Studies (Harvard University).

KIM, J. B. **The Korean cotton manufacturing industry.** Berkeley: University of California, 1966.

KIM, S. K. **Business concentration and government policy: a study of the phenomenon of business groups in Korea, 1945-1985.** Cambridge: Harvard University Press, 1987.

KIM, Y. B. The growth and structural change of the textile industry. In: PARK, C. K. **Macroeconomic and industrial development in Korea**. Seoul: Korea Development Institute, v. III, 1980.

LEE, K.-W. Human resources planning in the Republic of Korea: improving technical educational and vocational training. In: _____ **World Bank Staff working papers no. 554**. Washington: World Bank Publications, 1983.

MCGINN, H. F. **Education and development in Korea**. Cambridge: Harvard University Press, 1980.

PARK, Y. C. Korea's experience with external debt management. In: SMITH, G.; CUDDINGTON, J. **International debt and the developing countries**. Baltimore: John Hopkins University Press, 1985.

RHEE, Y. W.; ROSS-LARSON, B.; PURSELL, G. **Korea's competitive edge: managing the entry into world markets**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1985.

RODRIK, D. Getting interventions right: how South Korea and Taiwan grew rich. **Economic Policy**, 10, 1, Abril 1995. 55-107. Business Source Premier.

WADE, R. **Governing the market: economic theory and the role of government in East Asian industrialization**. Princeton: Princeton University Press, 1990.

WILLIAMSON, J. The strange history of the Washington consensus. **Journal of Post Keynesian Economics**, 27, 2, 2004. 195-206. Business Source Premier.

WOO-CUMINGS, M. et al. **The developmental state**. Ithaca: Cornell University Press, 1999. Volume da série "Cornell Studies in Political Economy".

WORLD BANK. **World Development Report 1991: the challenge of development**. New York: Oxford University Press, 1991.

WORLD BANK. **The East Asian miracle: economic growth and public policy**. New York: Oxford University Press, 1993.